



Difusão do agronegócio e urbanização no Nordeste: as regiões produtivas do agronegócio da soja no oeste da Bahia e da fruticultura no baixo curso do rio Açu/Jaguaribe (CE/RN)

Camila Dutra dos Santos*

Maria Lucenir Jerônimo
Chaves*

Resumo: As transformações na atividade agropecuária brasileira, nas quatro últimas décadas, ensejaram profundos impactos sobre a reorganização do território e proporcionaram uma intensificação da urbanização em espaços urbanos não metropolitanos (SPOSITO et al., 2007). Este artigo trata da difusão do agronegócio no Nordeste a partir da expansão da soja no oeste baiano e da fruticultura no baixo curso dos rios Açu/Jaguaribe, enfocando como esse processo contribui para a (re)produção de espaços urbanos como Barreiras (BA), Luís Eduardo Magalhães (BA), Mossoró (RN) e Limoeiro do Norte (CE).

* Mestre em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Doutoranda em Geografia pela mesma universidade.

Agribusiness dissemination and urbanization in the Northeast: the productive regions in the agribusiness of soy in the west side of Bahia and fruit production in the low current of Açu /Jaguaribe river (CE/RN)

Abstract: The changes in the Brazilian agriculture activity, in the past four decades, gave rise to deep impacts on the reorganization of the territory and provided an intensified urbanization in urban non-metropolitan locations (SPOSITO et al., 2007). This article aims to analyze the spread of agribusiness in the Northeast region with origin in the expansion of soybeans in western Bahia and fruit culture in the low current of Açu/Jaguaribe rivers, focusing on how this process contributes to a re- production of urban spaces as Barreiras (BA), Luís Eduardo Magalhães (BA), Mossoró (RN) and Limoeiro do Norte (CE).

Palavras-chave:

Agronegócio; urbanização; região; oeste baiano; baixo Açu/Jaguaribe.

Key-Words:

Agribusiness; urbanization; region; western Bahia; low Açu/Jaguaribe rivers.

Introdução

A chamada reestruturação produtiva do capital colocou em cheque formas pretéritas de organização das estruturas produtivas. Como consequência, processou-se uma série de metamorfoses territoriais vinculadas ao *meio técnico-científico-informacional* (SANTOS, 1996), como também, uma reorganização social e econômica, tendo como destaque a modificação nas relações de trabalho, conforme chama atenção Bezerra (2012).

A atividade agropecuária também foi impactada por este processo geral de reestruturação do capital. Para Elias (2011, p.3):

A reestruturação produtiva da agropecuária, entendida como processo promotor de transformações nos elementos técnicos e sociais da estrutura agrária (especialmente alterando a base técnica da produção, as relações sociais de produção e a estrutura fundiária), que atinge tanto a base técnica quanto a econômica e social do setor, tem profundos impactos sobre os espaços agrícolas e urbanos.

A cidade e o campo passam, portanto, por uma reorganização, com incremento da urbanização e da reestruturação urbana e regional. Pesquisas coordenadas por Denise Elias¹ (UECE), realizadas desde o final dos anos 1990, puderam identificar no Brasil diversas áreas nas quais a urbanização está ligada à consecução do agronegócio, e assim, inerente às redes agroindustriais compostas tanto por espaços agrícolas como urbanos.

No Nordeste, a referida autora aponta as seguintes áreas como focos de propagação do agronegócio de soja e de frutas tropicais: i) a região formada pelas microrregiões do Baixo Jaguaribe (CE), Mossoró (RN) e Vale do Açu (RN), destacada pela produção de frutas tropicais; ii) outra formada pelas microrregiões de Juazeiro (BA) e Petrolina (PE), nacionalmente conhecida por ser um dos primeiros vales úmidos do Nordeste, ocupado pela produção intensiva de frutas tropicais; iii) e a terceira composta pelas microrregiões com destacada produção de soja que abrange o Alto Parnaíba Piauiense (PI), Barreiras (BA) e Gerais de Balsas (MA). Estas regiões desenvolvem-se atreladas às atividades agrícolas e agroindustriais circundantes, cuja produção e consumo ocorrem de forma globalizada. Além disso, representam um papel fundamental para a expansão da urbanização e para o desenvolvimento de cidades médias e locais, fortalecendo-as, em termos demográficos e econômicos.

Vale ainda salientar que as cidades presentes nessas regiões exprimem um ritmo de urbanização diferenciado, associado à reestruturação produtiva da agricultura, que não chega da mesma forma, nem em todos os lugares. É perceptível que a modernização e a expansão de atividades agrícolas tecnificadas promovem o crescimento de áreas urbanas, cujos vínculos principais decorrem das inter-relações, cada vez maiores, do campo com a cidade.

A urbanização em áreas agrícolas passa, então, a demonstrar grande dinamismo, produzindo *subespaços dinâmicos* (ARAÚJO, 1997), como ocorre nas áreas onde se difunde a produção de grãos (soja, milho, café e algodão) no oeste baiano e nos baixos cursos dos rios Açu/Jaguaribe, na divisa entre os Estados do Ceará e Rio Grande do Norte, onde está presente a produção de frutas tropicais (especialmente, banana, melão e manga).

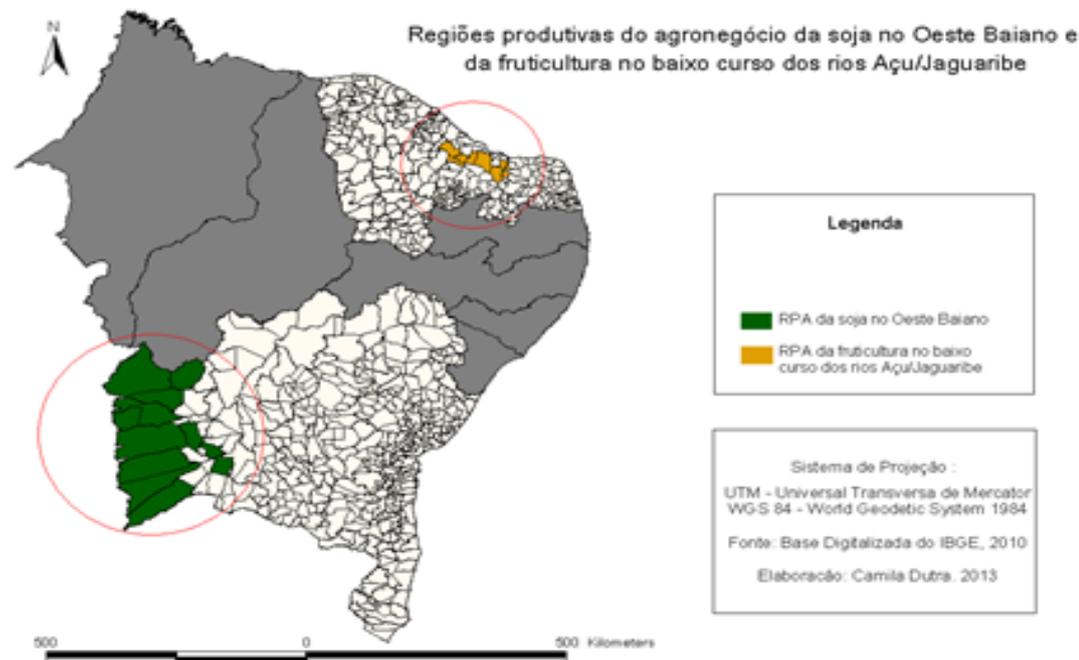
No final da década de 1970, e início dos anos 1980, a produção de soja chegou aos cerrados nordestinos, pioneiramente no oeste baiano, procedente da atuação de novos agentes econômicos, da introdução de capital e de uma série de *sistemas técnicos* (SANTOS, 1996); o que induziu transformações no âmbito político, econômico e social de toda a região Oeste da Bahia. Essa região é polarizada pela cidade de Barreiras (Bahia), com influência que atinge o sul do Maranhão e o sul do Piauí, assim como, mais recentemente, partes do leste do Tocantins e Goiás.

A região que envolve os cerrados do oeste baiano representa hoje, em termos de Nordeste, a principal área de produção agrícola moderna, sobretudo de grãos, destaque principal para a soja. Nessa área, estão instaladas plantas industriais das principais empresas esmagadoras de soja, como

¹ Ver Elias (2006, 2010, 2011, 2013).

as multinacionais Cargill e Bunge, *tradings* comercializadoras de grãos; além de cooperativas agrícolas e de uma variedade de empresas de comércio e de serviços que atendem ao *consumo produtivo agrícola* em expansão (SANTOS, 1996; ELIAS e PEQUENO, 2010; SANTOS, 2010). Este último fator justifica o fato do oeste baiano ser uma área importante na recepção de fluxos de outras sub-regiões, relacionados ao comércio de ferramentas, maquinaria e serviços especializados para a produção agrícola. Esse conjunto de eventos, decerto, vem induzindo uma regionalização no oeste baiano, sustentada pela dinâmica do agronegócio e pela reestruturação dos espaços urbanos.

Figura 1 – Regiões produtivas do agronegócio da soja no oeste baiano e da fruticultura no baixo curso dos rios Açu/Jaguaribe.



Fonte: Elaborado pela autora.

Os vales úmidos dos rios Açu/Jaguaribe destacam-se, desde meados dos anos de 1990, pela produção de frutas, resultante da expansão da fronteira agrícola moderna, a qual no Nordeste teve início nos anos de 1980, no vale do rio São Francisco, com a formação da região agrícola entre Petrolina (PE) e Juazeiro (BA). Nos vales dos rios Açu/Jaguaribe, a produção está, igualmente, voltada para exportação e sob o comando de grandes empresas nacionais e multinacionais, promovendo uma região funcional aos *circuitos espaciais da produção e círculos de cooperação* (SANTOS, 1996, 1997) da fruticultura.

Tanto no oeste baiano quanto nos baixos cursos dos rios Açu/Jaguaribe, temos o que Elias (2011, 2013) chama de *Região Produtiva do Agronegócio*², a qual resulta da difusão de especializações territoriais produtivas, principalmente aquelas associadas à produção moderna de grãos e frutas para exportação. Esses tipos de regiões são tangenciados pelos circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação vinculados as suas respectivas culturas agrícolas.

Dada a crescente integração entre agronegócio e os circuitos da economia urbana (SANTOS, 1979), desenvolveram-se nos cerrados e nos vales úmidos do Nordeste, alguns centros de gestão e regulação da agricultura moderna, como as cidades de Barreiras (BA), Luís Eduardo Magalhães (BA), Mossoró (RN) e Limoeiro do Norte (CE). No contexto da modernização da agricultura, nestes espaços são processadas significativas mudanças, associadas à economia urbana, acompanhadas de novas dinâmicas populacionais e interações espaciais, que também se expressam nos seus espaços regionais, embora com dimensões e ritmos diferenciados.

O objetivo deste texto é, portanto, analisar a difusão do agronegócio de grãos no oeste baia-

² Nossa metodologia está sendo pensada e trabalhada tendo como ponto de partida, é claro, guardada as singularidades de nosso objeto e tema de análise, por isso as adaptações necessárias, a proposta teórico-metodológica elaborada por Elias (2006, 2010, 2011, 2013), desde 1999, desenvolvida dentro do Grupo de Pesquisa Globalização, Agricultura e Urbanização (Globau). Para conhecer a metodologia de pesquisa proposta por essa autora, ver principalmente o artigo: ELIAS, Denise. Regiões produtivas do agronegócio: notas teóricas e metodológicas. In: Julia Adão Bernardes; Cátia Antônia da Silva; Roberta Carvalho Arruzzo (Org.). Espaço e energia: mudanças no paradigma suroenergético. Rio de Janeiro: Lamparina Editora, 2013, p. 201-220.

no e de frutas tropicais na divisa entre o Rio Grande do Norte e o Ceará, bem como, mostrar os processos que dinamizam a urbanização nessas áreas de produção agrícola globalizada.

Para estruturar nossa reflexão elegemos dois principais temas norteadores: I) Expansão do agronegócio em áreas de semiárido e de cerrados nordestinos e II) Reestruturação urbana e regional associada a esta difusão. Dentro desses temas, destacamos os processos, que nos permitem fazer uma leitura das dinâmicas socioespaciais das sub-regiões pesquisadas³: ocupação do espaço agrícola, territorialização das empresas no campo, alteração na rede urbana regional, dinâmica populacional, reestruturação do mercado de trabalho e expansão da economia urbana. Como procedimentos operacionais, para este artigo, utilizamos uma bibliografia referente às temáticas discutidas, dados estatísticos obtidos em bancos de dados oficiais e entrevistas realizadas em trabalhos de campo.

Ocupação e expansão do agronegócio nas regiões pesquisadas

Hoje não podemos mais falar de um só Nordeste. Como enfatizou Araújo (1997), devemos considerar a existência de vários ‘nordestes’, com profundas diferenciações entre si, promovidas pela própria divisão territorial do trabalho, que causa especializações espaciais. No Nordeste, é possível observarmos estruturas e dinâmicas modernas convivendo com áreas e segmentos econômicos tradicionais, contribuindo, assim, para tornar a realidade regional mais diferenciada e complexa. Para compreendermos como se configuram algumas das sub-regiões nordestinas associadas ao agronegócio, perante a diversidade que o Nordeste apresenta, é preciso, primeiramente apreender o quadro histórico e econômico que serviu de base para o seu desenvolvimento contemporâneo.

As regiões do oeste baiano e dos baixos cursos dos rios Açu/Jaguaribe foram ocupadas inicialmente com a pecuária, seguida do binômio gado-algodão, fazendo com que suas redes urbanas fossem, inicialmente, caracterizadas por poucos núcleos e um conjunto de vilarejos dispersos, sem muita conexão entre si. Apesar das semelhanças entre essas regiões, cada uma exprime especificidades, ao depender da forma como os novos processos, com suas respectivas dinâmicas e agentes, interagem e/ou criam rupturas, ensejando uma materialidade que reflete esses períodos. A seguir, apresentamos cada uma dessas sub-regiões, com suas distintas formas de ocupação socioespacial e de expansão do agronegócio.

Formação espacial do oeste baiano e o advento da produção moderna de grãos

Até meados do século XX, o oeste baiano ainda exibia atividades econômicas de caráter mais extensivo, de base técnica tradicional e baixa produtividade, não necessitava, portanto, de uma maior integração espacial. Essas atividades econômicas se resumiam à pecuária extensiva, lavoura de algodão arbóreo, agricultura de subsistência, artesanato e o extrativismo, fazendo com que a rede urbana regional continuasse dispersa até o referido período. Sobre a cidade de Barreiras, Santos Filho (1989, p. 26) lembra que:

A futura capital regional é, em 1850, um agrupamento de 20 casebres de taipa. Em 1902, reúne 630 casas e cerca de 2.500 habitantes. A ocupação do cerrado é, assim, lenta e rarefeita, como no conjunto do Além-São Francisco⁴. E mantém tais características até os anos 1940-1950.

Nesta época, a economia regional do oeste baiano estava, por conseguinte, direcionada ao atendimento apenas das demandas imediatas de suas cidades. Na opinião do autor citado ante-

³ Essas regiões são objeto de estudo das teses de doutorado que estão sendo desenvolvidas, pelas autoras desse artigo, junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UECE.

⁴ Termo histórico e culturalmente construído para denominar a área que compreende o vasto território ocupado pelos 35 municípios localizados na margem esquerda do rio São Francisco e cuja área tem uma extensão pouco superior aos 183 mil km². Esta delimitação não deve ser confundida com a Região Econômica Oeste da Bahia ou mesmo com o Território de Identidade Oeste, pois ambas as unidades de regionalização possuem, antes de tudo, um caráter político-administrativo e, por isso, não contemplam satisfatoriamente as dimensões históricas e culturais que dão sentido ao chamado “Além São Francisco” (BRANDÃO, 2010).

riormente, isso se deu, primeiramente, associado às limitações da própria economia baiana, ante o decadente comércio de Salvador e o surto cacaueteiro isolado do Sul do Estado e, em segundo lugar, decorreu da ausência de atividades mais dinâmicas no próprio oeste baiano, fato que não permitia superar as dificuldades impostas pelas imensas distâncias dessa área em relação aos principais polos industriais do País.

Santos Filho (1989) ainda adverte que, somente entre a virada dos anos 1950/60 e início da década de 1970, foi que a região conheceu mudanças de grande significado. A criação de Brasília em 1960 foi impulsionadora desse fenômeno, haja vista que abriu perspectivas de satelização do Oeste da Bahia, perante o polo urbano que se instalou no novo Distrito Federal, e o qual implodiu a valorização de terras nos cerrados, já que a nova rede viária aproximou esta área dos grandes centros de produção e consumo do País.

Destacamos também a importância, para a ocupação dos cerrados baianos, de alguns programas oficiais de governo. Na década de 1970, instalou-se em Barreiras uma diretoria regional da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF), que estruturou projetos de colonização e irrigação na região, como os perímetros irrigados Barreiras/São Desidério Sul e Barreiras Norte. Também tiveram importância o Programa de Ocupação Econômica do Oeste, de 1980, e o Programa de Desenvolvimento Econômico e Social do Oeste Baiano, de 1987. O oeste baiano ainda foi favorecido pela segunda etapa do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento Agrícola do Cerrado (PRODECER), com financiamento procedente de bancos privados japoneses e da Agência de Cooperação Internacional Japonesa (JICA).

Estes programas incentivaram o processo migratório, que se deu a partir do final dos anos 1970, para o oeste baiano. Como as propriedades no Sul do País encareceram entre os anos 1970/80, e as terras se tornaram pequenas para as famílias que continuavam crescendo, os colonos sulistas abriram fronteiras agrícolas. Inicialmente, essa produção se expandiu para o Centro-Oeste e, posteriormente, atingiu os cerrados nordestinos. Parte desta leva de agricultores experientes⁵ – que dominavam técnicas modernas e possuíam capital – se dirigiu para o Oeste da Bahia, no final da década de 1970, aproveitando-se das iniciativas do Estado e do baixo preço das terras naquela época. Para tanto, os créditos e financiamentos bancários foram decisórios na incorporação de terras nos cerrados baianos. Determinante também foi o papel da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e do Centro de Pesquisas Agropecuárias do Cerrado (CPAC), mediante o desenvolvimento da tecnologia de manejo dos solos, da pesquisa de melhoramento agrícola e da criação de variedades de soja adaptadas aos solos da região.

A incorporação e a concentração de terras no oeste baiano foram direcionadas basicamente por duas frentes: de um lado, por grandes produtores rurais individualizados e, da outra parte, por cooperativas. Os grupos concentraram-se, em meados dos anos 1980, nos Municípios de Barreiras, Correntina, São Desidério, Cocos e Coribe, todos contando na época com mais de 100 fazendas em seus limites, enquanto Correntina e Riachão das Neves possuíam um pouco menos do que isto. Mais de 95% desses produtores eram originados do Centro-Sul do País, sendo que a maior parte chegou após 1980. O fato é que eram e até hoje permanecem assim – médios e grandes produtores⁶, não havendo espaço para a agricultura familiar⁷.

As cooperativas também tiveram preponderância no avanço da agricultura moderna dos cerrados baianos nos anos 1980, exercendo o papel de principal fornecedor dos elementos materiais da produção (sementes, máquinas, produtos químicos etc.), serviços de aluguel de tratores e colheitadeiras e assistência técnica e, ainda garantindo, aos seus cooperados, o acesso ao crédito e a comercialização de seus produtos. Deste modo, na década citada, grandes cooperativas se implantaram na região, como a Cooperativa Agrícola de Cotia (SP), de São Paulo, e aquelas formadas localmente – Cooperativa Agrícola dos Cerrados do Brasil Central Ltda. (COACERAL) e a COPERMOISA, todas ligadas ao capital japonês proveniente dos financiamentos do PRODECER. Dessas cooperativas pioneiras, atualmente existem na região apenas a antiga cooperativa de Cotia, hoje Cooperativa Agropecuária do Oeste da Bahia (COOPROESTE), situada em Luís Eduardo Magalhães.

⁵ Alguns eram agrônomos de formação, já tendo participado da introdução do cultivo da soja em perímetros irrigados e projetos agroindustriais.

⁶ A definição de pequeno, médio e grande produtor no Brasil está baseada no Módulo Fiscal (MF), uma unidade de medida agrária que representa a área mínima necessária para as propriedades rurais poderem ser consideradas economicamente viáveis. O tamanho dos módulos fiscais, fixado inicialmente pela Instrução Especial nº 20, de 1980, do INCRA, varia de 5 a 110 hectares, conforme o município. Para tanto, as propriedades rurais podem ser classificadas em: minifúndios: com tamanho de até um módulo fiscal; pequenas propriedades: com área entre um e quatro módulos fiscais; médias propriedades: com dimensão superior a quatro até 15 módulos fiscais e grandes propriedades: com área maior do que 15 módulos fiscais. Para o caso dos municípios do Oeste da Bahia, o tamanho do módulo fiscal é de 65 ha.

⁷ De acordo com o *Dicionário da Educação do Campo* (CALDART et al., 2012, p. 35), “a agricultura familiar corresponde a formas de organização da produção em que a família é ao mesmo tempo proprietária dos meios de produção e executora das atividades produtivas”.

Ainda nos anos 1980, instalaram-se importantes empresas do ramo agrícola no oeste baiano. Em 1988, a Ceval Alimentos do Nordeste Ltda., na época pertencente ao grupo empresarial Hering, do Sul do País, comprou a Meridional Agrícola Ltda., que comprava e vendia soja no oeste baiano, instalada no então povoado de Mimoso do Oeste (hoje Luís Eduardo Magalhães). Neste mesmo ano, instalou-se, próximo à cidade de Barreiras, a empresa Óleos Vegetais da Bahia (OLVEBASA), indústria pertencente ao grupo Chaves, da cidade de Ilhéus, posteriormente comprada pela Cargill (Figura 2 - esquerda). Em 1991, foi concluída em Mimoso do Oeste a indústria de refino de óleo de soja da Ceval⁸, sendo seu controle acionário adquirido em 1997, pela Bunge Limited que, em 2000, passou a se chamar Bunge Alimentos S/A (Figura 2 - direita). Em 1993, foi fundada a Galvani Fertilizantes da Bahia Ltda. e, em agosto de 2000, a Bunge Fertilizantes S/A, do grupo Bunge, se instalou no Município de Luís Eduardo Magalhães (ex-Mimoso do Oeste).

Figura 2 – Fábrica de processamento da Cargill, em Barreiras (esquerda), Bunge Fertilizantes, em Luís Eduardo Magalhães (direita).



Fonte: Acervo pessoal da autora, outubro de 2012.

⁸ Inicialmente proposta para o futuro Distrito Industrial de Barreiras, onde o grupo Hering havia adquirido lotes, a Ceval (posterior Bunge) acabou achando mais lucrativa a localização em LEM (então Mimoso do Oeste), diante da proximidade das áreas produtoras.

A Bunge e a Cargill estão presentes no oeste baiano desde os anos 1990. Representam os maiores empreendimentos industriais da região, movimentando a economia, os fluxos e a geração de empregos no setor. Esses grupos empresariais possuem negócios diversificados, atuando da comercialização ao esmagamento de grãos, do financiamento agrícola à produção e venda de fertilizantes, e se beneficiam de uma hegemonia exercida sobre a logística, em especial, o sistema de armazenamento. Ambas as empresas foram atraídas, entre outros fatores, pela isenção tributária oferecida pelo Governo da Bahia, e sua infraestrutura aproveitou as plantas industriais já existentes na região.

Além dessas duas multinacionais, também estão presentes no oeste baiano as *tradings* ADM – Archer-Daniels Midland, Amaggi & LDC - Louis Dreyfus, Noble, Multigrain e SLC Agrícola. Nas áreas onde estas firmas estão localizadas fisicamente, ou nos espaços com os quais mantêm relações, ocorreram grandes transformações socioespaciais nas últimas três décadas, influenciadas por esse arranjo empresarial. A estrutura da Bunge e Cargill, por exemplo, tem um porte impressionante, subdividindo-se em fábricas e galpões de armazenamento que modificam a paisagem do oeste baiano. Os silos impressionam pelo tamanho, pela quantidade e pela disposição, dentro da própria cidade, ilustrando bem a reestruturação espacial e produtiva de um circuito da economia voltado para agroindústria globalizada.

A região da produção da soja, ora analisada, é composta pelos Municípios de Barreiras, Luís Eduardo Magalhães, São Desidério, Correntina, Formosa do Rio Preto, Riachão das Neves, Baianópolis, Cocos, Jaborandi, Serra do Ramalho e Santana. Entre esses, Barreiras e Luís Eduardo são aqueles que melhor expressam o impacto das mudanças na economia urbana decorrentes da expansão do agronegócio. Outros núcleos urbanos próximos, contudo, também expressam

sua importância dentro dos circuitos produtivos da soja, mesmo que do ponto de vista da produção propriamente dita, principalmente São Desidério, Correntina e Formosa do Rio Preto – maiores produtores de soja, milho, café e algodão da região.

A agricultura moderna globalizada que chegou aos cerrados baianos, com a propagação dos *fronts* agrícolas do Sul e Centro-Oeste do País, nos anos 1980, introduziu um *novo tempo* (FREDERICO, 2010), ao trazer consigo objetos técnicos funcionais à difusão do capital agrícola. A ampliação das relações mercantis e a construção de sistemas de transportes e de comunicação mais modernos, bem como a presença do Estado, proporcionaram condições para maior fluidez territorial das mercadorias e das pessoas, permitindo, assim, atrair mais população e empresas para essas áreas.

Ocupação dos baixos cursos dos rios Açu/Jaguaribe e a territorialização das empresas da fruticultura

A região da fruticultura moderna, aqui analisada, compreende os baixos cursos dos rios Açu/Jaguaribe, onde se localizam os seguintes municípios exportadores de frutas: Baraúna, Açu, Ipanguaçu, Mossoró, Carnaubais, Alto do Rodrigues, no Rio Grande do Norte, e Limoeiro do Norte, Russas e Quixeré, no Ceará, sob o controle do capital agrícola.

A abertura de caminhos, trilhados pelo Estado português e pelos agentes sociais envolvidos com a atividade da pecuária, esboçou historicamente a primeira configuração espacial do que conhecemos hoje como Rio Grande do Norte e Ceará; configuração esta resultante de interesses políticos, econômicos e sociais, e marcada por conflitos, destruição e resistência do povo indígena. O processo de ocupação do Rio Grande do Norte iniciou-se no século XVI (ANDRADE, 1981), estendendo-se ao século XVII, quando foi ocupado o espaço cearense.

O desenvolvimento da pecuária até o final do século XVIII, nos Estados do Rio Grande do Norte e Ceará, superpôs-se ao espaço indígena preexistente. Essa atividade induziu novos parâmetros produtivos e culturais, o surgimento de vilas e povoados, e, por consequência, a formação de uma futura rede urbana. A circulação de excedentes produzidos e reproduzidos pelo capital comercial deu origem à lógica da produção do espaço urbano nesses dois estados.

Comenta Albano (2008) que, no ano de 1775, na ribeira do Açu, surgiu a freguesia de São João Batista do Açu (hoje Município de Açu), com o maior número de fazendas de gado de toda a capitania do Rio Grande do Norte. Já o Município de Mossoró iniciou-se do Arraial de Santa Luzia de Mossoró, que, por sua vez, se formou com base em um povoado ao redor da fazenda Santa Luzia, à margem esquerda do rio Mossoró, em meados de 1750 (CASCUDO, 1984; ALBANO, 2008).

No final do século XIX e início do século XX, quando as principais vilas da Capitania do Ceará eram Aracati e Icó, a vila das Russas (atual Município de Russas) surgia de fazendas pertencentes a portugueses criadores de gado na planície do rio Jaguaribe. Entre essas capitanias desenvolveu-se um efetivo comércio de gado, favorecendo o surgimento de entrepostos destinados ao repouso do gado, de vaqueiros e de comboieiros⁹. Esse foi o motivo do surgimento da fazenda Limoeiro (atual município de Limoeiro do Norte). Das fazendas vieram os povoados, que se transformaram em vilas e depois cidades.

Essas áreas do sertão nordestino, que constituíam o que Oliveira (1993) chamou de *Nordeste agrário não-açucareiro*, foram redefinidas pela cultura do algodão voltada para o mercado internacional. A produção desse, já realizada pelos indígenas para o auto abastecimento, então se voltava para a exportação, adquirindo destaque no século XIX, nos vales dos rios Açu/Jaguaribe.

No baixo curso do rio Jaguaribe, comenta Chaves (2010), o binômio gado-algodão foi responsável pela expansão demográfica e formação da classe agro-comercial (os coronéis) – elite

⁹ Pessoas que transportavam mercadorias em comboios de uma cidade para outra.

regional cujo fundamento de poder se assentava na propriedade da terra e no controle econômico e político do espaço. A transferência da renda da terra para a cidade, processo que vinha desde o auge da pecuária tendo continuidade de forma mais consolidada quando amplia as atividades econômicas com a produção do algodão, proporcionou o surgimento de comércios e serviços em todas as cidades dos baixos cursos dos rios Açu/Jaguaribe.

Nas primeiras décadas do século XX, na cidade de Limoeiro do Norte, era armazenado algodão para ser comercializado, principalmente, com Aracati. Nesse mesmo período, na cidade de Russas, se destacavam duas algodozeiras: a Costa e Silva, criada em 1922, pertencente a um grupo de pecuaristas de Aracati, e a Ricasa, instalada pela Sociedade Algodoeira do Nordeste S/A, em 1936. Outra cidade que se destacou no beneficiamento do algodão foi Mossoró. Em 1920, das cinco mais importantes empresas comerciais do Rio Grande do Norte, três encontravam-se sediadas em Mossoró: a Felinto Elycio (algodão), a M.F. Monte e Cia (algodão e sal) e a Tertuliano Fernandes e Cia (sal), tendo surgido, em 1935, mais uma importante empresa, a Alfredo Fernandes (algodão) (MARIZ, 2002).

Nas cidades do Rio Grande do Norte e Ceará, além do algodão, ainda eram beneficiados produtos extrativistas, como a carnaúba e a oiticica. A cera de carnaúba teve grande importância na economia desses dois estados nordestinos. A valorização da cera no mercado nacional e internacional ocorreu entre as décadas de 1940 a 1950, em função do desenvolvimento industrial que proporcionou um vasto campo de utilidade para o produto. A sua entrada no mercado contribuiu para que esses estados se mantivessem como importantes exportadores, destacando-se os vales dos rios Açu/Jaguaribe como grandes áreas produtoras.

Nos Municípios de Limoeiro do Norte e Russas, a extração da cera de carnaúba, segundo Silva (1978), provocou uma interiorização de funções urbanas, antes concentradas na cidade de Aracati. Na opinião de Soares (2002), esses municípios, no apogeu da cera de carnaúba, demonstraram maior crescimento urbano, enriquecimento da elite agrária e, ao mesmo tempo, fortalecimento desta junto à estrutura de poder do Estado.

No final dos anos de 1960, a economia rural dos Estados do Ceará e Rio Grande do Norte passou por dificuldades associadas a: recorrentes estiagens, diante da inexistência de uma estrutura hídrica que pudesse viabilizar a produção agropecuária; e desvalorização da cera de carnaúba no mercado internacional, perante a substituição de produtos naturais por produtos sintéticos. Esse cenário desfavorável dificultou a reprodução econômica e política da classe agrocomercial, que reivindicava do Estado uma solução para a retomada da economia agrícola dos dois estados.

Com a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em 1959, foram elaborados estudos com vistas a viabilizar economicamente as bacias hidrográficas nordestinas. No mesmo ano da criação da Sudene, era criado o Grupo de Estudo do Vale do Jaguaribe (GEVJ) com a colaboração do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) e do Governo Francês, objetivando subsidiar a elaboração de um diagnóstico econômico, o qual serviria de base para uma intervenção planejada do Estado, na bacia hidrográfica do rio Jaguaribe. O mesmo aconteceu na bacia hidrográfica do rio Açu, cujo estudo encomendado pelo Dnocs à empresa Hidroservice, realizado entre os anos 1967 a 1971, apresentou um conhecimento do potencial econômico da referida bacia.

A intervenção planejada do Estado, com a implantação de *sistemas de engenharia* (SANTOS, 1996): reservatórios hídricos, ampliação da rede elétrica, criação de estradas, favoreceu a materialização da política pública de irrigação iniciadas na década de 1970, com a implementação de um sistema de irrigação no baixo curso do rio Jaguaribe. Nesta área, os perímetros públicos de irrigação foram ocupados por pequenos produtores familiares, voltados ao cultivo da policultura, tratavam-se do projeto Morada Nova (PIMN), com 11.166,31 ha, que começou a funcionar no ano de 1970 e abrangeu os Municípios de Morada Nova e Limoeiro do Norte; e o projeto Jaguaruana, com 343,08 ha, criado em 1977, ocupando o Município do mesmo nome.

Entre as décadas de 1970 a 1980, os principais agentes que se beneficiaram da moderni-

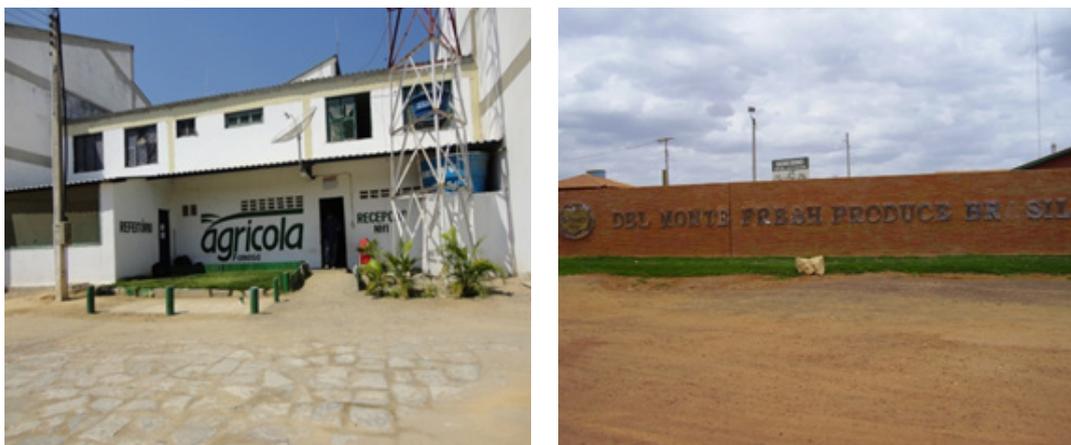
zação agrícola, bancada pelo Estado no baixo curso do Jaguaribe foram os pequenos e médios produtores, seja nas áreas de perímetros públicos, seja nas propriedades privadas irrigadas com o apoio do Programa Nacional de Valorização Rural do Baixo e Médio Jaguaribe (PROMOVALE), o qual apoiou os pequenos produtores de arroz irrigado voltado ao mercado nacional.

No baixo curso do rio Açu, as empresas agrícolas iniciaram sua instalação já nos anos 1970¹⁰, diferentemente do baixo curso do rio Jaguaribe, onde esse processo aconteceu somente na segunda metade dos anos 1990. A Mossoró Agroindústria S.A (MAISA), com uma área de 20.202 ha, implantou-se, em terras potiguares, no ano de 1970 e a Fruticultura do Nordeste Ltda. (FRUNORTE), que contava com 10.920 ha, chegou em 1985. Estas, juntamente com as algodoeiras “Âncora”, “São Miguel” e “Finobrasa”, intensificaram a compra de terras no baixo curso do rio Açu, a partir da segunda metade dos anos 1980, visando à exploração agrícola moderna.

Em razão da queda na produção de algodão no final dos anos 1980, decorrente do ataque do bicudo (*Anthonomus Grandis*) às lavouras, do crescimento progressivo da produção de banana e manga, e da criação do Programa de Apoio e Desenvolvimento da Fruticultura Irrigada do Nordeste em 1997, empresas como Frunorte, Maisa, Agropecuária Seridó e Finobrasa deixaram de cultivar algodão para produzir frutas. Esse contexto marcou o início da fruticultura para exportação no Rio Grande do Norte.

Perante um contexto favorável à produção de frutas, a Chapada do Apodi (CE) passou, na segunda metade dos anos de 1990, a ser considerada como um espaço privilegiado na produção de frutas tropicais no baixo curso do Jaguaribe. No ano de 1996, no Município de Quixeré (em área adjacente ao perímetro público Jaguaribe-Apodi), instalou-se a Frupec e, em 1998, a Frutacor se inseriu. As empresas Agrícola Famosa (Figura 3 - esquerda) e Agrosol (Figura 3 - direita) estiveram presentes nos primeiros anos de funcionamento do perímetro público irrigado Chapadão de Russas, iniciado em 2004.

Figura 3— Empresa Agrícola Famosa, em Russas (CE). (esquerda), Empresa Del Monte, em Quixeré (CE) (direita).



Fonte: fotos de Lucenir Jerônimo, datadas de abril de 2012 (esquerda) e novembro de 2009 (direita).

A mobilidade do grande capital, dentro da região da fruticultura que agrega municípios dos Estados do Rio Grande do Norte e Ceará, iniciou-se com a multinacional Del Mont Fresh Produce (figura 5). Essa empresa se instalou, primeiramente, no Rio Grande do Norte, nos Municípios de Ipanguaçu (meados de 1980) e em Açu (início dos anos 1990). Nos anos 2000 e 2001, a mesma abriu fazendas agrícolas nos municípios cearenses de Quixeré e Limoeiro do Norte. Depois da incorporação destes municípios, a Del Monte, que está entre os principais agentes produtores da região apresentada, ultrapassou o limite estadual do Ceará e implantou-se no Município de Baraúna, no Rio Grande do Norte.

¹⁰ No Rio Grande do Norte, no ano de 1975, iniciava-se a construção da barragem Engenheiro Armando Ribeiro Gonçalves, primeira obra estruturante do processo de implantação do perímetro público de irrigação Baixo-Açu.

Caso semelhante de mobilidade, em território cearense, também ocorreu com a empresa Agrícola Famosa, a qual, com origem no Município de Itapuí, expandiu sua produção para a área circunvizinha ao perímetro público Jaguaribe-Apodi, em Limoeiro do Norte e Quixeré, e está produzindo no perímetro público Chapadão de Russas, no Município de Russas. As empresas agrícolas, localizadas na fronteira entre o Rio grande do Norte e o Ceará, tendem a não obedecerem a limites político-administrativos para se estabelecerem, criando assim, uma articulação entre os dois Estados em função da produção de frutas.

¹¹ Ribeiro (2004) esclarece que a difusão do termo globalização ocorreu por meio da imprensa financeira internacional, em meados da década de 1980. Depois disso, muitos intelectuais dedicaram-se ao tema, associando-o à difusão de novas tecnologias na área de comunicação, que permitiram acelerar a circulação de informações e de fluxos financeiros. Globalização passou a ser sinônimo de aplicações financeiras e de investimentos mundo a fora. Além disso, muitos a definiram como um sistema cultural que homogeneiza, que afirma o mesmo a partir da introdução de identidades culturais diversas que se sobrepõe ao indivíduo. Por outro lado, observa-se que “a globalização é fragmentação ao expressar no lugar os particularismos étnicos, nacionais, religiosos e os excluídos dos processos econômicos como objetivo de acumulação de riqueza ou de fomentar o conflito” (RIBEIRO 2001 apud RIBEIRO 2004, p. 167).

¹² “Aparecem assim as ‘regiões funcionais’, inspiradas também na teoria do lugar central de Christaller, segundo a qual um centro polarizador urbano estende seu raio de influência sobre um espaço ‘regional’, admitindo zonas de sobreposição a outras regiões funcionais”. (HAESBAERT, p. 47, 2010).

As transformações direcionadas para o campo, na região da fruticultura analisada, tiveram implicações no conteúdo da sua urbanização, principalmente com o crescimento do mercado formal agrícola, das atividades de atendimento à agricultura moderna, e do comércio e serviços demandados pela classe média, fato que ocorreu, igualmente, nas áreas de cerrados baianos.

Urbanização em áreas de agronegócio

A globalização¹¹, na segunda metade do século XX, possibilitou uma crescente integração das economias de vários países no tocante à produção de mercadorias, aos serviços, aos mercados financeiros e à difusão de informações. O deslocamento dos processos produtivos provoca a desterritorialização do capital e a emergência de novos protagonistas na economia mundial – as corporações multinacionais, que exercem poder e força sobre as economias nacionais, no que diz respeito à decisão sobre o que, como e onde produzir. Na perspectiva de Benko (2002, p. 237), a globalização designa a tendência atual das grandes empresas a delegar parte de seu poder às filiais espalhadas pelo mundo.

A urbanização adquiriu, dentro da globalização, um padrão competitivo, empreendedor, ajustado aos interesses do capitalismo corporativo e adaptado para atender à expansão do agronegócio. Deste modo, ao mesmo tempo em que vem ocorrendo transformações no campo, processam-se mudanças também nos padrões demográficos das cidades, além de uma reorganização na rede urbana regional. Como evidenciam Sposito et al. (2007), a entrada de agentes do agronegócio globalizado nas cidades promovem conflitos de interesses e/ou enseja alianças com agentes econômicos e políticos locais e regionais, bem como modifica constantemente as formas de consumo e a estruturação urbana nesses espaços.

Tanto no oeste baiano quanto na região formada pelos baixos cursos dos rios Açu/Jaguaribe, ao mesmo tempo em que o campo é objeto de um forte impulso dos investimentos de natureza capitalista, a cidade ganha força para modificar sensivelmente a sua dinâmica, designando a ela uma nova diversidade de produtos e funções urbanas e regionais. Neste contexto, não é difícil perceber as estreitas conexões desenvolvidas pela agricultura moderna e a urbanização, tanto nos municípios presentes em áreas de expansão da produção da soja, como no caso daqueles associados à fruticultura.

Nessas áreas, os agentes hegemônicos do agronegócio exercem um papel na formação de regiões funcionais, uma vez que suas ações ultrapassam os limites político-administrativos e integram os espaços em função do capital. Este caso refere-se à formação de uma *região funcional*¹², sintetizando a emergência no período contemporâneo de um compartimento geográfico caracterizado pela especialização produtiva obediente a parâmetros externos (em geral internacionais) – o *período técnico-científico-informacional* (SANTOS, 1996).

A modernização agrícola nos cerrados da Bahia proporciona tanto o desenvolvimento de cidades tradicionais, quanto o surgimento de novas aglomerações urbanas, redefinindo assim a ocupação do espaço e a rede urbana regional. Consoante o entendimento de Santos Filho (1989), com a lavoura mecanizada, esses núcleos urbanos passaram a desempenhar duplo papel: base de

apoio à transformação do campo e constituição de um mercado de trabalho acessível aos capitais que se agrupam em torno da soja.

De acordo com a Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB), a economia do oeste baiano tem a seguinte distribuição setorial: 41% agropecuária, 11% indústria e 48% serviços. A participação dessa região, no total do valor adicionado pela agropecuária no Estado, alcançou 27,6% em 2008, ao contrário do observado no setor industrial, o qual demonstra baixa representatividade, com apenas 2,3%. É importante destacar, contudo, que esse crescimento do oeste baiano, posterior aos anos 1970, não foi uniforme sobre a região, concentrando-se privilegiadamente em Barreiras (da qual se emancipou Luís Eduardo Magalhães, importante Município da rede urbana regional), em Bom Jesus da Lapa e em Santa Maria da Vitória.

A partir dos anos 1970, Barreiras substituiu o tradicional domínio regional de Barra, por muito tempo considerada primeira nucleação urbana em população¹³. O destaque de Barreiras nessa época se deu por seu bom relacionamento com outros Estados do País, enquanto que Bom Jesus da Lapa e Santa Maria da Vitória, por exemplo, tinham relações interurbanas limitadas, até mesmo dentro da Bahia. O fato é que, de acordo com Santos Filhos (1989, p. 136), “a dinâmica que passa a reger a região a partir dos anos 1970 é eminentemente urbana, ainda que com tonalidades difusas e ainda que exercida e controlada por cidades externas e distantes da própria região”.

Com a intensificação de fluxos migratórios para o oeste baiano, sobretudo a partir do final dos anos 1970, ocorreu uma reestruturação da rede urbana presente na região, com o surgimento de novas aglomerações. Como diria Santos Filho (1989, p.149), “trata-se, portanto, de uma região onde a ‘fronteira agrícola’ é comandada pelos processos de expansão da ‘fronteira urbana’”. Enquanto uma parte importante dos migrantes, maioria sulista, se direcionou especialmente para Barreiras, na época o município mais estruturado da região, outros grupos se fixaram em localidades rurais próximas, isto é, nos Municípios de São Desidério, Correntina, Formosa do Rio Preto, dentre outros.

Desses novos fluxos e objetos, surgiram alguns povoados, como Mimoso do Oeste (hoje Luís Eduardo Magalhães), Novo Paraná (que hoje faz parte de Luís Eduardo Magalhães), Placas e Bela Vista (ambos em Barreiras); Roda Velha de Cima e Roda Velha de Baixo (ambos em São Desidério) e Águas Claras e Rosário (em Correntina). À exceção de Mimoso do Oeste, esses outros núcleos, nascidos da década de 1980, tinham caráter urbano bem modesto, servindo geralmente de apoio imediato à moderna produção de grãos de seu entorno. Resumiam-se, portanto, à concentração dos investimentos de cooperativas e à presença de uma dezena de casas dos fazendeiros ou funcionários. Poucos se desenvolveram como Roda Velha de Cima e Rosário, que conseguiram projetar funções e dinâmicas, para além daquelas de atendimento à atividade agrícola, e mostram hoje um crescimento importante, mesmo não alcançando o destaque que Mimoso do Oeste, hoje Luís Eduardo Magalhães, conquistou na rede urbana do oeste baiano, inclusive sendo a única localidade, dentre as citadas, a conseguir emancipação nos últimos dez anos.

É preciso destacar que essas aglomerações menores, mais recentes, surgidas atreladas à dinâmica do agronegócio, se diferenciaram qualitativa e quantitativamente dos antigos povoados da região, ligados essencialmente à agricultura de subsistência e ao extrativismo. Como indica Santos Filho (1989, p. 148), quando fala a respeito desses novos povoados, “as ‘vendas’ são substituídas por oficinas e silos de armazenagem”, o que é bem verdade, já que, até mesmo hoje, esses lugares podem não conseguir suprir muitas demandas do consumo consultivo, mas não é possível ignorar a presença de grandes fixos, associados ao circuito produtivo dos grãos, como silos, armazéns, plantas industriais, lojas de revenda de máquinas e insumos agrícolas etc.

Barreiras é a principal cidade da rede urbana do oeste baiano, com o maior volume de população (137.427 habitantes, Censo 2010) e mais importante economia urbana. Essa cidade concentra os estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços de alcance regional, o que a torna uma área polarizadora não apenas para o oeste baiano, mas estendendo sua influência sobre áreas do Leste do Tocantins (cidades como Taguatinga e Dianópolis), Sul do Piauí (Bom Jesus, Uruçuí, Corrente), Sul do Maranhão (Balsas) e Nordeste do Goiás (Posse).

¹³ Até a metade do século XX, quando a navegação fluvial representava o principal meio de transporte do Oeste da Bahia, Barra era um dos mais importantes entrepostos comerciais do vale do rio São Francisco, da bacia do seu afluente, o Rio Grande, e também do subafluente, o Rio Preto, os quais, por sua vez, interligavam esta região com os estados de Goiás e Piauí. No entanto, a partir dos anos 1960, com a implantação do transporte rodoviário como meio prioritário no país, a navegação fluvial dessa região reduziu sua importância significativamente. Dessa forma, Barra, que apesar de ser um dos grandes centros comerciais da época, não foi beneficiada com a estrada de rodagem, entrando em decadência econômica e abrindo espaço para Barreiras, a partir dos anos 1970, assumir o posto de principal núcleo urbano do oeste baiano. Somente a partir dos anos 2000, Barra voltou a se recuperar economicamente, mas não reassumiu mais seu posto de outrora. (Portal da Prefeitura Municipal de Barra: http://www.barra.ba.gov.br/site/barra_historia.asp acesso em 13 out. 2014).

De acordo com a pesquisa *Regiões de Influência das Cidades* (REGIC) 2007 (IBGE/REGIC, 2008), Barreiras caracteriza-se como “Capital Regional C”¹⁴, polarizando diretamente 16 municípios e, indiretamente, outros sete municípios de menor porte em seu entorno. Essa cidade registra 77 empresas industriais instaladas, empregando 2.528 trabalhadores. Há 20 segmentos industriais, destacando-se: produtos alimentícios, obras de infraestrutura, produtos de metal e produtos têxteis (FIEB, 2011). Barreiras que, desde os anos 1970 até os anos 2000, se manteve exclusiva nessa polarização, divide hoje essa posição com Luís Eduardo Magalhães, um dos mais importantes municípios do Oeste da Bahia.

A população da cidade de Luís Eduardo Magalhães aumentou de 44.310 habitantes em 2007 para 60.179 em 2010 (IBGE, 2010) e tem uma população estimada de 76.420 para 2014. Luís Eduardo Magalhães passou da 15ª para a 4ª posição, dentre os 417 municípios da Bahia, na apuração do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), no período de 2007 a 2010. Desde sua emancipação, em 2000, o comércio varejista e atacadista de Luís Eduardo Magalhães, tem assumido importante papel local e regional. A rápida urbanização demonstra como as necessidades de consumo da agricultura moderna aumentam a importância econômica e demográfica dos centros urbanos (SANTOS, 1996).

Barreiras e Luís Eduardo Magalhães representam centros fornecedores de serviços e comércio que atendem às atividades produtivas agrícolas. Luís Eduardo Magalhães se destaca por conter revendedores autorizados das multinacionais John Deere, Valtra, Agrale, Semeato, Ford, Muller, New Holland, Case IH e Massey Ferguson. Cabe destacar que, as empresas representantes dessas marcas, além de oferecerem assistência técnica e profissional aos grandes produtores agrícolas, responsáveis pelo dinamismo nos ramos de veículos, máquinas e fertilizantes, também atuam no segmento financeiro oferecendo linhas de créditos para a compra financiada de seus produtos. Esses estabelecimentos se distribuem principalmente nas margens da BR-242, no limite entre os dois principais municípios da região – Barreiras e Luís Eduardo Magalhães – facilitando o enorme fluxo proporcionado pela compra e a venda de todas essas mercadorias.

A maior vitrine anual para esse tipo de comércio é a *Bahia Farm Show*, evento realizado em Luís Eduardo Magalhães. Em 2008, essa iniciativa substituiu o chamado Agrishow, feira lançada em 2004 nessa cidade, e se firma a cada ano como a feira de tecnologia agrícola e de negócios que mais cresce no Brasil, ou ainda a principal do Nordeste, posicionada entre as cinco maiores mostras do gênero agropecuário do País.

Não é tão difícil perceber as estreitas relações desenvolvidas entre o comércio e a agricultura moderna em Barreiras e Luís Eduardo Magalhães. A produção agroexportadora, que impõe novas marcas ao espaço agrário do oeste baiano, faz o mesmo com os elementos que redefinem o espaço urbano. Não é possível ficar indiferente aos fluxos (caminhões, mercadorias, pessoas), objetos (casas comerciais), comunicações (publicidades), entre outros, voltados, direta e indiretamente, para as demandas do campo. Outro exemplo é a utilização da soja como moeda de troca. Muitas vezes, compra-se de tudo com esta, inclusive apartamentos, veículos, entre outros. E os prazos estabelecidos para pagamento também tomam como referência o período da safra quando indicam “prazo: safra 2015”.

No oeste baiano, o agronegócio se sustenta com base em uma rede de cooperação que envolve, além das empresas e dos produtores, as associações, os sindicatos, as fundações, as cooperativas, as faculdades e universidades, os bancos, as instituições de Administração Pública etc. Esta última se revela, por exemplo, na medida em que as prefeituras da região dão mais visibilidade às suas secretarias de agricultura e indústria, no sentido de fomentarem o crescimento do setor agrícola e agroindustrial, assim como, quando as câmaras de vereadores começam a despejar projetos para desenvolver o agronegócio local e regional.

Na divisão do trabalho, parece, portanto, que à Barreiras foi delegada a função de centro comercial e financeiro, ficando Luís Eduardo Magalhães responsável pela área de produção agrícola e, pelo menos, *locus* da maior indústria da região, a Bunge. É importante, fazer o destaque de que a Sede do Município de Luís Eduardo Magalhães não é a área mais importante dessas produção, essa está mais

¹⁴ De acordo com a classificação do IBGE, há quatro níveis na hierarquia urbana brasileira, com dois ou três subníveis em cada. São elas: as metrópoles (grande metrópole nacional, metrópole nacional, metrópole), as capitais regionais (A, B e C), terceiro nível da gestão territorial, e exercem influência no estado e em estados próximos, os centros sub-regionais (A e B) e centros de zona (A, B e C), possuem influência em municípios próximos, povoados e zona rural. Por fim, há os centros locais, apresentam atuação restrita a imediações, exercendo funções elementares de gestão, isto é, sua importância não extrapola os limites municipais. (IBGE/REGIC, 2008)

a extremo oeste do município, principalmente em torno das comunidades rurais de Bela Vista, Novo Paraná, Alto Horizonte, Balsas e Placas (esta última dentro do território de Barreiras).

Diferentemente de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, as outras cidades do oeste baiano não têm destaque comercial tão expressivo, detendo um terciário tradicional marcado pela venda de produtos não sofisticados que alimentam basicamente uma procura local e uma fraca oferta de serviços. No geral, esses lugares são polarizados por Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, que oferecem inúmeros produtos e serviços diversificados. Em São Desidério, Formosa do Rio Preto e Correntina, a importância econômica gira mesmo à órbita da produção propriamente dita, haja vista que esses municípios são os maiores produtores e possuem unidades de recebimento das esmagadoras Bunge e Cargill.

É preciso evidenciar, entretanto, que a dinâmica da economia urbana dos cerrados baianos não depende exclusivamente da renda resultante da lavoura modernizada, até porque sempre existiram outras forças econômicas atuantes e autônomas em relação à agricultura. E, embora estas outras atividades econômicas sejam incapazes de sustentar (e explicar), sozinhas, o crescimento acelerado dos municípios do oeste baiano, elas têm um papel muito importante no conjunto da economia urbana. Essas forças, na visão de Santos Filho (1989), são o Estado – o gasto público em seus três níveis – União, Governo Estadual e Prefeitura; e a imigração de novos habitantes para as cidades dos cerrados. Grandes e pequenos empresários, profissionais liberais, trabalhadores qualificados, e também trabalhadores rurais, vítimas do êxodo rural promovido pela grilagem e mecanização da produção, são atraídos pelo *boom* da economia urbana dessa região e, por sua vez, também impulsionam o desenvolvimento regional.

Urbanização na região da fruticultura irrigada

A reestruturação produtiva da agricultura, como já expressamos, proporcionou também um novo ritmo à urbanização na região da fruticultura, que compreende os baixos cursos dos rios Açu/Jaguaribe. Essa urbanização é revelada com base no crescimento da população urbana, na mobilidade entre os municípios, no dinamismo da economia e na redefinição dos papéis regionais. Estes associam um conjunto de fatores favoráveis à expansão demográfica, ligados à tradição agrícola da região, às políticas públicas e à ampliação do terciário moderno nas últimas décadas.

O crescimento da população é uma variável importante para fazermos uma leitura da urbanização e do crescimento da economia urbana de qualquer cidade. As informações, que aqui utilizamos, sobre a evolução da população total urbana da região da fruticultura, têm como base os Censos Demográficos do IBGE (1970, 1980, 1991, 2010). Chamamos à atenção, o fato de que, na década de 1970, a população urbana total da região abrangida pelos baixos cursos dos rios Açu/Jaguaribe (102.086 hab.) já tinha ultrapassado a rural (66.865 hab.). Nos anos de 2010, o contingente urbano total chegou a 321.082 habitantes e o rural a 71.993.

Como exemplos de maior crescimento da população urbana, entre os anos de 1970-2010, podemos citar: Limoeiro do Norte (CE), que no primeiro ano tinha 6.364 e no segundo 32.483 habitantes, tendo aumentado 410%; e Russas (CE) que passou de 11.374 para 44.962 habitantes, o que correspondeu a um aumento de 295%. No período mencionado acima, nas cidades de Mossoró e Açu, no Rio Grande do Norte, essa população indicou crescimentos correspondentes a 199% e 198%, já que a primeira passou de 79.302 para 237.241 habitantes; e a segunda, de 13.205 para 39.359.

O crescimento da população urbana, na cidade média de Mossoró e nos centros regionais de Limoeiro do Norte, Açu e Russas acompanhou a introdução de sistemas técnicos agrícolas ligados aos novos projetos de irrigação e a expansão do setor terciário. Vale ressaltar a importância da indústria de calçados Dakota S/A, instalada em Russas, em 1998, no crescimento de empregos e aumento da população urbana. É preciso lembrar também que, no caso de Mossoró,

por se tratar de uma cidade média, sua economia urbana não está centrada unicamente no setor do agronegócio, possuindo também expressivas atividades econômicas associadas à extração do sal e do petróleo e aquelas ligadas ao setor terciário.

Embora estas cidades que apontamos tenham apresentado expressivo número de habitantes urbanos, de acordo com os dados do IBGE, foram as pequenas cidades que, entre 1970-2010, revelaram maiores índices de crescimento de população urbana. Quixeré (CE), por exemplo, registrou um aumento de sua população urbana de 695%, uma vez que passou de 1.500 habitantes, em 1970, para 11.930, em 2010. Ipanguaçu e Alto do Rodrigues, ambas no Rio Grande do Norte, também tiveram um acréscimo importante, neste mesmo período, de 404% e 509%, respectivamente, haja vista que a primeira passou de 1.067 habitantes para 5.383 e a segunda cidade aumentou de 1.456 habitantes para 8.837.

Essas cidades pequenas receberam trabalhadores rurais, expropriados dos seus meios de produção, a maioria à procura de emprego nas empresas da fruticultura. Este contingente retorna ao campo na condição de assalariados agrícolas, constituindo o que Santos (1996) chamou de agrícola *não rural*. Esse processo de expropriação tem contribuído para a mobilidade da força de trabalho em direção à cidade, o que se configura como uma estratégia de sobrevivência.

Diferentemente dessas pequenas cidades, Mossoró, Limoeiro do Norte, Russas e Açu recebem mão de obra, tanto de origem regional quanto metropolitana, especializada no agronegócio e no setor de comércio e serviços. Estes últimos fazem parte de uma *migração descendente* (SANTOS, 1996), ou seja, são profissionais acostumados com outros serviços, valores, costumes urbanos que ao chegarem às cidades menores, passam a exigir melhor educação (básica e superior), serviços especializados de saúde e outras opções de consumo e lazer, estimulando a economia urbana desses lugares.

O aumento da população urbana regional refletiu também no crescimento das atividades terciárias urbanas nas principais cidades da região: Mossoró, Açu, Russas e Limoeiro do Norte, como mostram as informações do Ministério do Trabalho/RAIS. A cidade média de Mossoró, em 1985, contava com 351 estabelecimentos comerciais e 215 de serviços. Em 2005 já eram 1.543 e 865, respectivamente. Ainda com referência na mesma fonte de dados, a participação da força de trabalho no terciário aumentou de forma significativa em Mossoró, a partir da década de 1980. O número de empregos gerado nas atividades de serviço e comércio, no ano de 1985, era respectivamente 4.570 e 2.847. Em 2005, houve uma evolução desses empregos para 14.175 e 9.404, respectivamente.

Nos centros regionais, também houve uma ampliação dessas atividades. Açu, Russas e Limoeiro do Norte apresentavam em 1985, respectivamente, 91, 97 e 60 estabelecimentos terciários, havendo um crescimento significativo em 2005 para 413, 259 e 310. Entre as novas atividades terciárias, encontram-se aquelas ligadas ao consumo produtivo agrícola que resultaram de investimentos de agentes públicos e privados.

Na região da fruticultura, a concentração de estabelecimentos comerciais ligados ao consumo produtivo agrícola ocorre, principalmente, em Limoeiro do Norte e Mossoró, integrando estas cidades ao agronegócio. Estamos nos referindo à presença de representantes comerciais de insumos químicos das marcas internacionais de defensivos – Syngenta, Arysta LifeScience e Dow AgroSciences defensivos; de fertilizantes – Profétil, Bayer, Basf; e de sementes – Seminis, Monsanto e Takki. Algumas destas multinacionais dominam o setor mundial de insumos agrícolas, tornando os agricultores reféns desse mercado, sem poder de barganha de preço e exposto a um endividamento constante na compra de insumos. Como consequência de um uso intenso desses defensivos, ocorre a perda da biodiversidade e o agravamento da contaminação do meio ambiente (do solo, do ar e da água), trazendo, igualmente, uma série de problemas à saúde do trabalhador.

Além das empresas de distribuição de insumos e de máquinas agrícolas, encontram-se na cidade de Mossoró, os escritórios de empresas agrícolas, de consultoria, de contabilidade, de prestação de serviços de transportes de cargas; instituições de ensino público e privada (pesquisa, ensino e extensão); dentre outros, ligados ao agronegócio. Boa parte dessas atividades também é encontrada em Limoeiro

do Norte. A concentração de serviços e comércios ligados à fruticultura, nas duas cidades, criou uma nova centralidade urbana regional e intensificou as relações entre essas e cidades mais distantes.

À medida que cresce o consumo produtivo agrícola também cresce, paralelamente, o consumo de atendimento à população nas principais cidades da região da fruticultura. Como exemplo, encontramos modernos equipamentos urbanos, como o West Shopping, em Mossoró, que reúne diferentes padrões de comércios e serviços, rearranjando as práticas de consumo e a mobilidade urbana na cidade. Em Limoeiro do Norte, o supermercado Pinheiro reúne mercadorias de consumo não duráveis, serviço de alimentação e entretenimento (cinema), introduzindo novas relações de compra, práticas de consumo e opções de lazer, ensejando uma mobilidade intraurbana, não mais exclusivamente voltada para o centro tradicional, o qual é alvo de um relativo esvaziamento à noite.

As pequenas cidades de Ipanguaçu, Baraúna e Quixeré são as que mais se destacam como centros de atendimento à reprodução da mão de obra do agronegócio. Os salários dos proletários rurais, funcionários públicos e os rendimentos recebidos por meio de políticas compensatórias (bolsa-família, bolsa-escola etc.) e da aposentadoria rural, colaboram para movimentar a economia urbana desses espaços, através do aumento de mercearias, de pequenas lojas de calçados, roupas, eletrodomésticos, telefones celulares e *lan house*. A tendência atual do mercado urbano dessas cidades é a precarização do emprego, a atomização dos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços, seguindo a perspectiva da modernização econômica.

Na região da fruticultura, o crescimento urbano acompanha novas desigualdades socioespaciais, bem como intensificação de velhos problemas sociais. Ocorre um crescimento territorial desordenado em todos os municípios, fazendo com que a expansão urbana avance para áreas, até bem pouco tempo rurais, ou para os espaços periurbanos. Nestes, mais recentemente ocupados, formaram-se novos bairros, distantes do centro da cidade, onde a infraestrutura é muito precária, e, geralmente, habitados por famílias pobres.

Conclusão

Na lógica da reestruturação produtiva do setor agropecuário brasileiro, que atinge sua base técnica, econômica e social, as empresas agrícolas se estabelecem nos lugares e produzem uma urbanização condizente com os interesses da classe dominante. Essas mudanças, ocorrentes no campo, se desdobram também sobre os espaços urbanos nas áreas de difusão do agronegócio, a exemplo das regiões do agronegócio da soja no oeste baiano e da fruticultura na divisa entre o Rio Grande do Norte e o Ceará, para as quais acreditamos que ocorre uma regionalização sustentada na dinâmica do agronegócio e na reestruturação dos espaços urbanos e agrícolas (ELIAS, 2011, 2013; ELIAS e PEQUENO 2010).

Nos cerrados baianos, o campo é marcado pela planura de imensos chapadões, compondo grandes formas quadriculadas, onde são cultivados os grãos, e as cidades apontam inúmeras marcas do agronegócio desde silos, armazéns e plantas industriais, lado a lado com residências, assim como publicidades em todos os cantos, promovendo o setor agrícola (painéis, *outdoors*, letreiros, etc.).

Já no baixo curso dos rios Açu/Jaguanibe, as cidades estendem-se na planície fluvial, a qual se encontra com a chapada do Apodi, área com grandes fazendas de fruticultura, ao passo que os estabelecimentos do consumo produtivo agrícola estão concentrados essencialmente em duas cidades – Mossoró e Limoeiro do Norte. Nelas também reside a maior parte da mão de obra especializada, que tanto trabalha na cidade quanto no campo. Por outro lado, os trabalhadores sem especialização estão distribuídos em todas as cidades, sendo os maiores contingentes agrupados em Quixeré (CE) e Ipanguaçu (RN).

Enquanto nos cerrados baianos existem aglomerações urbanas que surgiram diretamente ligadas ao agronegócio, como o caso de Luís Eduardo Magalhães, o mesmo processo ainda

não é perceptível no baixo curso dos rios Açu/Jaguaribe, uma vez que, com a propagação da agricultura moderna nessa região, as cidades já estavam consolidadas. Outra particularidade do oeste baiano é a existência de grandes equipamentos ligados ao agronegócio, como as *tradings*, localizadas em pequenas cidades e até mesmo em distritos e povoados, diferentemente do que ocorre no baixo Açu/Jaguaribe, aonde essa presença não se evidencia.

A difusão do consumo produtivo agrícola está presente nas duas regiões aqui analisadas. Não apenas em Luís Eduardo Magalhães e Barreiras, referências na localização das principais revendas de máquinas e implementos agrícolas, mas também nos municípios da região da fruticultura, como Limoeiro do Norte (CE) e Mossoró (RN), onde se localizam representações de muitas dessas empresas, mesmo com uma clientela e ritmo de vendas menores. Em ambas as regiões, essas lojas apresentam o que há de mais moderno no mercado agrícola em termo de máquinas e insumos.

Com a mobilidade facilitada pelos novos eixos de fluxos, Barreiras, Luís Eduardo Magalhães, Limoeiro do Norte e Mossoró puderam reforçar seu caráter de centros articuladores intrarregionais, se abastecendo de bens e serviços nos principais centros econômicos do País e dos seus respectivos Estados, e redistribuindo para todos os municípios de suas regiões de influência. É preciso ressaltar, contudo, que isso não significa dizer que a dinâmica da economia urbana dessas áreas depende completamente da renda resultante da lavoura moderna. É evidente que existem outras forças econômicas atuantes e autônomas em relação à agricultura, que também movimentam a dinâmica urbana desses espaços, como o setor industrial, os serviços de saúde, de educação, o comércio varejista, as feiras populares etc., contudo, o agronegócio tem um papel muito importante, como verificamos.

Decorrente da importância da acumulação de capital nessas atividades econômicas confundem-se, frequentemente, o fenômeno amplo do desenvolvimento com o conceito mais restrito de crescimento econômico, este envolvendo questões puramente quantitativas. Furtado (1964, p.70) considera desenvolvimento econômico como um “processo de mudança social pelo qual um número crescente de necessidades humanas – preexistentes ou criadas pela própria mudança – são satisfeitas através de uma diferenciação no sistema produtivo decorrente da introdução de inovações tecnológicas”. Desta forma, a ideia essencial do desenvolvimento econômico, necessariamente, se liga a processos dinâmicos que representam rupturas das condições econômicas vigentes, e não deve se restringir ao crescimento da produção em uma região, mas tratar, principalmente, de aspectos qualitativos relacionados ao crescimento.

É importante destacar o fato de que o crescimento econômico, e não desenvolvimento (embora este também não seja), das regiões analisadas, não é uniforme sobre todas as cidades citadas, concentrando-se, privilegiadamente, em Barreiras, Luís Eduardo Magalhães, Limoeiro do Norte e Mossoró. Outros núcleos urbanos dentro dessas regiões possuem economia urbana modesta, servindo de apoio a sua população e ao consumo gerado pela produção familiar. Dentre estes, poucos conseguiram projetar dinâmicas além daquelas de atendimento à atividade agrícola. E mesmo dentro das cidades que foram beneficiadas pelo crescimento econômico, o processo não é homogêneo, uma vez que, no geral, as populações pobres desses lugares pouco têm se beneficiado com esse crescimento econômico, pois a distribuição do excedente durante todo o processo tem se concentrado nas faixas de renda superiores.

O discurso do desenvolvimento, baseado geralmente (e erroneamente) em dados quantitativos, vem sendo reproduzido, de forma ampla, entre as elites e o Estado, como a ‘tábua de salvação’ para as regiões pesquisadas. Esse discurso é contraditório, pois a inserção dos vales úmidos e dos cerrados nos circuitos espaciais da produção globalizada tem, na verdade, acentuado as desigualdades socioeconômicas entre os seus habitantes, pois as ações públicas e privadas provedoras desse ‘desenvolvimento’ tem beneficiado, na maioria das vezes, os industriais, os empresários do agronegócio e o setor imobiliário. É preciso, portanto, compreender, definitivamente, que crescimento não é desenvolvimento. Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, Limoeiro do Norte e Mossoró, assim como as demais cidades envolvidas no processo modernizador aqui discutido, cresceram, mas o seu desenvolvimento é, no mínimo, sujeito a questionamentos.

Referências

- ALBANO, Gleydson Pinheiro. **Globalização da agricultura e concentração fundiária no município de Ipangaçu-RN**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2008.
- ANDRADE, Manoel Correia de. **A produção do espaço Norte-rio-grandense**. Natal: UFRN, 1981.
- ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Herança de diferenciação e futuro de fragmentação. **Estudos Avançados**, São Paulo, IEA/USP, vol. 2, n.º. 29, p. 7-36, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141997000100002>. Acesso em: 22 out. 2007.
- BENKO, Georges. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2002.
- BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. A fruticultura no Nordeste semiárido: internacionalização, conflitos territoriais e a precarização do trabalho. 2012. 376p. **Tese** (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2012.
- BRANDÃO, Paulo Roberto Baqueiro. **A formação territorial do Oeste Baiano: a constituição do “Além São Francisco” (1827-1985)**. *GeoTextos*, vol. 6, n. 1, jul. 2010. p. 35-50.
- BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censos Demográficos**. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, vários anos. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 27 ago. 2013.
- BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Regiões de Influência das Cidades** (REGIC) 2007. Rio de Janeiro: 2008. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 27 ago. 2013.
- BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO – MTE. **Relação Anual de Informações Sociais** (RAIS). Brasília: MTE, vários anos.
- CALDART et al. (Orgs.). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.
- CASCUDO, Luiz da Câmara. **História do Rio Grande do Norte**. 2. ed. Natal: Fundação José Augusto. 1984.
- CHAVES, Maria Lucenir Jerônimo. O processo de formação territorial e a urbanização do baixo Jaguaribe: do século XIX aos anos de 1960. In: HOLANDA, Virginia C. Cavalcante; AMORA, Zenilde Baima. **Leituras e saberes sobre o urbano: cidades do Ceará e Mossoró no Rio Grande do Norte**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2010. p. 189 -220.
- ELIAS, Denise. Regiões produtivas do agronegócio: notas teóricas e metodológicas. In: BERNARDES, Julia Adão; Silva, Cátia Antônia da; ARRUIZZO, Roberta Carvalho. (Org.). **Espaço e energia: mudanças no paradigma sucroenergético**. Rio de Janeiro: Lamparina Editora, 2013. p. 201-220.
- _____. Agronegócio e novas Regionalizações no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 13, n. 12, p. 153-170, 2011.
- _____. Agronegócio e desigualdades socioespaciais. In: ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato (Orgs.). **Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2006. p. 25-82.
- ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. Agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais. In: SPOSITO, M. E. Beltrão; ELIAS, Denise; SOARES, Beatriz Ribeiro (Orgs.). **Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional: Passo Fundo e Mossoró**. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 101-273.
- FREDERICO, Samuel. **O novo tempo do cerrado: expansão dos fronts agrícolas e controle do sistema de armazenamento de grãos**. São Paulo: Annablume, 2010.

- FURTADO, Celso. **Dialética do Desenvolvimento**. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1964.
- HAESBAERT, Rogério. **Regional-Global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- MARIZ, Marlene da Silva; SUASSUNA, Luiz E. Brandão. **História do rio Grande do Norte**. Natal: Sebo vermelho, 2002.
- OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste, planejamento e conflito de classes**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- RIBEIRO, Wagner Costa. Globalização e geografia em Milton Santos. In: Maria de Azevedo Brandão. (Org.). **Milton Santos e o Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004, v. , p. 165-178.
- SANTOS, Camila Dutra dos. Difusão do consumo produtivo na economia urbana de Mossoró (RN). Fortaleza (CE). 2010. 265f. **Dissertação** (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará.
- SANTOS FILHO, Milton. **O processo de urbanização no oeste baiano**. Recife: SUDENE, 1989.
- SANTOS, Milton. **Metamorfose do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia**. 5. ed. São Paulo, Hucitec, 1997.
- _____. **A urbanização brasileira**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____. **O espaço dividido**. Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora S.A., 1979.
- SILVA, José Borzacchiello da. O baixo Jaguaribe: uma região em processo de mudanças. In: 3º ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS: Metodologia e Estudo da Geografia, 1978, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: AGB, 1978. p. 148-170. (mimeo).
- SOARES. Hidelbrando dos Santos. Agricultura e modernização socioespacial em Limoeiro do Norte. In: ELIAS, Denise; SAMPAIO, Jose L. Furtado. **Modernização excludente**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2002. p. 85, 108.
- SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão et. al. O estudo das cidades médias brasileiras: uma proposta metodológica. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; et. al. (Org.). **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 35-67.
- .

Correspondência:

Camila Dutra dos Santos

E-mail: camilageo@hotmail.com

Recebido em 24 de março de 2014.

Aceito para publicação em 26 de agosto de 2014.